



OS KIRIRI DO ACRÉ E
O *RESGATE DA LÍNGUA INDÍGENA*¹

THE KIRIRI DO ACRÉ AND
THE *RESCUE OF THE INDIGENOUS LANGUAGE*

Fernanda Borges HENRIQUE²

Roseni RAMOS³

¹ Este artigo é um desdobramento de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), sob o processo nº 2020/10485-5.

² Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: <f.borghesh@gmail.com>.

³ Professora da Escola Estadual Indígena Ibiramã Kiriri do Acré, formada pelo Magistério Indígena da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: <reseniramos1200@gmail.com>.



RESUMO

Desde quando *entraram na terra* do Rio Verde, no município de Caldas, região Sul de Minas Gerais, em março de 2017, as famílias kiriri vindas do município de Muquém do São Francisco, Oeste da Bahia, almejavam quatro objetivos: entrar na terra, construir casas de barro para as famílias, edificar uma cabana no centro da aldeia e um poró em meio à mata, para que pudessem realizar a *ciência* e, assim, entrar em contato com *encantados de forma correta*. Além dos quatro objetivos iniciais, almejava-se também a construção de uma escola, para que crianças, jovens e adultos pudessem estudar na aldeia e, dessa forma, *não sofrer preconceito e se orgulhar de ser índio*. Tal forma de construir o território faz parte do plano de *manter a cultura viva e de resgatar o que foi perdido*, em uma terra que enseja nos Kiriri o desejo de *começar certo*. Neste artigo demonstraremos como *resgatar a língua indígena* é um projeto que se desenvolve em diferentes esferas, articulando uma relação entre conhecimento, *ciência* e escola. Como veremos, *resgatar a língua* está intimamente conectado à *luta pela terra* empreendida pelas famílias indígenas da aldeia Ibiramã Kiriri do Acré.

PALAVRAS-CHAVE

terra, resgate da língua, território, Tupi-Guarani

ABSTRACT

Ever since they entered the land of Rio Verde, in the municipality of Caldas, southern Minas Gerais, in March 2017, the Kiriri families that had come from the municipality of Muquém do São Francisco, west of Bahia, have



aspired four goals: entering the land, building mud houses for the families, building a hut in the center of the village and a *poró* in the middle of the forest, so that they could carry out the *ciência* and, thus, get in touch with the encantados in a proper way. In addition to the four initial goals, they also had aimed to build a school, so that children, teenagers, and adults could study in the village itself and, consequently, would not suffer prejudice and would be proud of being an Indigenous people. This way of building the territory is part of the strategy to keep the culture alive and to rescue what was lost, in a land that contributes with the Kiriri's desire to *start properly*. In this article, we will demonstrate how rescuing the indigenous language is a project that is developed in different spheres, articulating a relationship between knowledge, *ciência* and school. As we will see, rescuing the language is intimately connected to the struggle for land undertaken by the indigenous families of the Ibiramã Kiriri do Acré village.

KEYWORDS

land; rescuing the language; territory; Tupi-Guarani.

Na madrugada chuvosa de 13 de março de 2017 nove famílias kiriri vindas do município de Muquém do São Francisco, região Oeste da Bahia, ocuparam trinta e nove hectares de uma terra na região Sul do estado de Minas Gerais. A terra, que tem como seu proprietário legal o estado de

Minas Gerais, está localizada no *bairro*⁴ Rio Verde, no município de Caldas. Conta o pajé que passaram a madrugada em claro, sob barracas de lona preta que *cabiam apenas um corpo deitado*, ouvindo a chuva e com medo de alguma ação violenta dos regionais, que ainda não conheciam os Kiriri. As lembranças daquele dia são contadas a partir das sensações: a chuva que entrava na barraca e os molhava, o frio, o medo e o som das pisadas de gado ouvido ao longe. Como demonstrado por Henrique B. (2019), a terra ocupada pelos Kiriri diz respeito ao futuro daquelas famílias, possibilitando que construam naquele novo espaço um lugar de vida, morada, trabalho, afeto e significação. Além disso, com a possibilidade de *começar tudo de novo e de fazer o certo*, como dizem o cacique Adenilson Kiriri e sua esposa, também liderança Carliusa Ramos, a terra ocupada enseja *a manutenção da cultura*, um lugar de possíveis em que conseguem *manter a cultura viva!*, explorando diversos aspectos do que se entende como *manter viva a cultura kiriri*, como por exemplo a partir do *resgate da língua* que tem sido feito a partir de vários fragmentos, o que trataremos de explicitar neste artigo ainda que de forma incipiente.

Logo que *entraram para a terra* perceberam como é *verdinha*⁵, fértil de plantações e relações, diferente de sua antiga morada no Oeste

⁴ O itálico será utilizado para fazer referências às categorias, frases e falas utilizadas e construídas por interlocutores. Neste caso, *bairro* é a forma como os locais se referem à comunidade rural do Rio Verde, lugar em que vivem. Nos contextos rurais do Sudeste brasileiro, *bairro* é uma categoria que organiza “grupos de vizinhança, cujas relações interpessoais são cimentadas pela grande necessidade de ajuda mútua, solucionada por práticas formais e informais, tradicionais ou não; pela participação coletiva em atividades lúdico-religiosas que constituem a expressão mais visível da solidariedade grupal” (QUEIROZ, 1973:195).

⁵ Henrique B. (2019) demonstra que a categoria “Terra Verde” é mobilizada pelos moradores da aldeia Kiriri no Sul de Minas Gerais para dizer de uma terra fértil em diferentes esferas. Para ler mais sobre a categoria cf. Henrique B. (2019).



da Bahia (HENRIQUE B., 2019). As sensações passadas pelo corpo e a coloração da terra estavam presentes na forma como os Kiriri a descreviam e, para transformá-la em seu lugar de morada, deveriam seguir algumas prioridades, como afirmou o pajé da aldeia, Agenilton Kiriri, filho mais velho do cacique Adenilson⁶: primeiramente *entrar na terra*, e nela erguer barracas provisórias. Em seguida, casas de taipa ou, como dizem, *casas de barro*, deveriam ser construídas para cada um dos pequenos núcleos familiares⁷. Após a conclusão dos dois primeiros *objetivos*, os Kiriri edificariam uma *cabana* no centro da aldeia, onde realizaram a primeira *ciência* afim de comunicar com os *encantados*, esses seres outros-que-humanos que também habitam o mundo, para que eles pudessem instruí-los acerca da ocupação que acabaram de realizar. A quarta prioridade inicial para aquela terra seria construir uma *casa da ciência* na mata, para que lá pudessem manter o contato com os *mestres*, já que dessa forma estariam *fazendo do jeito certo*. Os *encantados*, também chamados de *mestres*, são consultados e auxiliam os Kiriri em casos de *doenças de encanto*⁸, aconselham em relação a alguma ação política e respondem questionamentos individuais e coletivos de toda ordem. Os *mestres*, que podem ser ou não um *ancestral*, uma pessoa que por sua sabedoria adquirida em vida *encantou-se* após a morte, também

⁶ Em sua dissertação, Henrique B., (2019) demonstra como olhar para as prioridades é uma forma também de olhar para a construção do território dos Kiriri do Acre no Sul de Minas Gerais.

⁷ As famílias se consolidam sobretudo através do nascimento de uma criança.

⁸ Quando uma pessoa é acometida por alguma doença causada através de feitiçaria, muitas vezes ocasionada por algum inimigo com quem desfizeram uma relação: tal como uma ex-mulher ou um ex-aliado político. São consideradas *doenças de encanto* também aquelas doenças que não se curam com tratamento hospitalar. Podemos observar que há uma oposição entre as *doenças de encanto* e as *doenças de hospital*.



sugerem a mudança de comportamento de alguma pessoa específica, tal como quando pediu que deixassem de fazer uso de bebida alcoólica até que conseguissem *o documento*⁹ da terra ocupada. É também na *ciência* que os *mestres* ensinam aos Kiriri palavras, expressões e toantes *na língua*, traduzindo sempre que necessário para o português e pedindo que anotem e pratiquem seus ensinamentos. Assim, diz-se que a *ciência é o começo de tudo, a verdadeira escola*.

Após a consolidação dos quatro primeiros *objetivos*, o desejo seria construir uma escola na aldeia, para que as crianças não precisassem se deslocar para a sede municipal de Caldas e também para que o *índio não sofresse discriminação, não tivesse vergonha de ser índio*. Além do mais, a escola se tornaria mais um lugar em que *manter a cultura viva* se torna possível, já que através do “ensino diferenciado” poderiam compartilhar e praticar o conhecimento acerca de seu território, do *resgate da língua*, do *toré* e da *ciência* em sala de aula. Assim, a *ciência* – o início de tudo: *da língua, da tradição, do fortalecimento da identidade*, e o compartilhamento do conhecimento na escola potencializariam a *manutenção da cultura*.

Em um longo caminho de luta entre março de 2017, quando ocuparam a terra, e junho de 2021, quando escrevemos este artigo, os Kiriri da aldeia Ibiramã Kiriri do Acré contam atualmente com dezoito *casas de barro*, onde vivem 21 famílias parentes entre si, casais que se formaram a partir das alianças que surgiram pelo caminho e treze crianças, sendo que a maioria delas *já nasceu naquela terra*, frutos de casamento entre pessoas indígenas e locais. Há ainda uma *cabana* no centro da aldeia, construída em formato

⁹ Quando dizem *o documento* da terra fazem referência à legalização e reconhecimento do estado de Minas Gerais com relação à terra em que decidiram estabelecer seu lugar de vida.



octogonal, onde não mais realizam a *ciência* já que, como esclareceremos mais adiante, construíram um *poró* em meio a mata assim que tiveram certeza do desejo de construir seu “lugar de vida” (HENRIQUE B., 2019) naquela terra. Atualmente, no entanto, a *cabana*, é um importante ponto de encontro entre alunos e professores da aldeia, já que ao seu lado edificaram três grandes construções de pau-a-pique, abrigando cinco pequenas salas de aula, uma pequena cozinha e dois banheiros, concretizando mais um dos desejos iniciais daquelas famílias. Como demonstraremos neste artigo, a escola da aldeia, que inicialmente ganhara o nome de “Escola Estadual Indígena Kiriri do Rio Verde” tem passado por diversas mudanças e, atualmente, foi nomeada “Escola Estadual Indígena Ibiramã Kiriri do Acré”, já que foi a partir de estudos relacionados ao *resgate da língua* que a professora Roseni Ramos descobriu que a expressão “terra da fartura” poderia ser traduzida para “Ibiramã” e Rio Verde se traduziria como “Acré” no vocabulário da *língua indígena*.

Como veremos neste artigo, o esforço de *resgatar a língua* entre os Kiriri do Acré está atrelado a um processo de luta e retomada territorial, como em outros contextos etnográficos, como é o caso, por exemplo, dos Pataxó do extremo Sul da Bahia, como relatado por Bomfim (2017), que desde 1998 têm realizado autonomamente pesquisas documentais e históricas, resgatando memórias dos mais velhos, com o objetivo de recuperar sua língua originária. Podemos, ainda, citar o exemplo dos Tuxá de Rodelas/BA que, como nos mostra Durazzo (2019), a partir de processos de *autodemarkação* do território de Dzorobabé, têm intensificado dinâmicas políticas e de conhecimento e, com isso, a noção de território *ancestral* traz consigo a *língua ancestral*. Como veremos, além de estar intimamente conectado ao processo de lutar por um lugar em que pudessem *fazer o certo, o resgate*

da língua entre os Kiriri do Acré vale-se de conhecimentos *resgatados* através de fontes documentais, materiais disponíveis na internet e também a partir de conexões entre *amigos* que conheceram no Sul de Minas Gerais, mas, sobretudo, através dos sonhos, da mata, das conversas com os *mestres* durante a *ciência* e da atenção conferida às crianças da aldeia. Apesar dos fragmentos utilizados no *resgate da língua*, dizem que a *ciência* é a fonte mais importante do conhecimento linguístico.

O conhecimento acessado durante a *ciência* através dos *encantados* deve ser praticado no *toré*, como é o caso dos toantes aprendidos com os *mestres* que são entoados durante o ritual realizado mensalmente no *terreiro* em frente ao *poró*. Na escola, o conhecimento adquirido na *ciência* junta-se ao conhecimento acessado nos livros e arquivos disponíveis e então temos a prática cotidiana de palavras e expressões apreendidas através de outras fontes. Assim, para *resgatar a língua* os Kiriri que habitam o Sul de Minas Gerais associam diferentes tipos de conhecimento, tais como a tradição oral e o modo de aprendizagem durante a *ciência*, lembrando-nos do que diz Moraes (2020) acerca do que chama de “conhecimento linguístico kiriri” entre os Kiriri de Banzaê/BA que, apesar de articularem outros saberes que não se relacionam diretamente com os saberes da linguística acadêmica, se valem da complementariedade de saberes. Tal forma de circular o conhecimento e de “valorizar a língua ancestral” também pode ser encontrada entre os Tuxá de Rodelas/BA, como conta Durazzo (2019). Segundo o autor, além de elaborarem suas relações com o mundo através da *ciência*, é importante falar de uma oposição complementar *ciência-estudo*. Ainda que de forma incipiente, lançar luz sobre o processo de *resgate da língua* entre os Kiriri do Acré faz emergir uma relação entre conhecimento, *ciência* e escola. Assim,



temos como inspiração o que sugere Durazzo (2019) no que concerne os Tuxá de Rodelas/BA acerca do “complexo *ciência-idioma-língua*” ou seja,

um processo político articulado, tanto em política linguística quanto em sua dimensão de política pedagógica e escolar, que se baseia no complexo ritual da *ciência*, com a idioma a ele relacionado, e o amplia para esferas inicialmente não- indígenas, como a instituição escola e a língua Dzubukuá curricularmente trabalhada (DURAZZO, 2019, p.284)

Dessa forma, a partir do que foi dito até aqui argumentamos que para dizer do *resgate da língua* empreendido pelos Kiriri do Acre é necessário que falemos do conhecimento que circula junto das pessoas e dos lugares por onde elas passam, do que se aprende com os *mestres* durante a *ciência* e de como o *resgate da língua* está atrelado ao desejo de *manter a cultura viva*, que só é possível em relação profunda com a terra que ocupam atualmente já que é lá que *estão tendo a oportunidade de começar certo*. Assim, a fim de contextualizar rapidamente, falaremos do deslocamento dessas famílias kiriri da região Nordeste do Brasil para o Sul de Minas Gerais, da *luta pela terra* e da relação de apoio e aliança estabelecida entre humanos e outros-que-humanos¹⁰, em seguida contaremos como o *resgate da língua* tem sido realizado.

ANDAR E CAÇAR UMA TERRA

Os povos indígenas do Nordeste têm suas vidas marcadas pela violência colonial, epistêmica, ontológica e linguística. O povo Kiriri também tem sua história marcada pela chegada dos colonizadores, das missões jesuíticas,

¹⁰ Seguindo o que sugere De la Cadena (2015), propomos utilizar a terminologia “outros-que-humanos” para tratar da diversidade de seres que habitam o cosmos kiriri, sobretudo para dizer respeito aos encantados.



pelo crescimento da pecuária no Sertão e pelas ações indigenistas do Estado (BRASILEIRO, 1996; POMPA, 2001; MACEDO, 2009; DANTAS, SAMPAIO & CARVALHO, 1992). A *aldeia-mãe* dos Kiriri, assim chamada por alguns moradores da aldeia Kiriri no Sul de Minas Gerais, a Terra Indígena Kiriri está localizada em Banzaê/BA e é onde vivem a maioria das famílias kiriri. Segundo Moraes (2020), atualmente os Kiriri de Banzaê, como os Kiriri do Acré denominam as famílias que habitam a T.I. Kiriri, estão distribuídos em treze núcleos nos arredores da *aldeia-mãe*, Mirandela. Apesar da maioria das famílias kiriri viverem na T.I. Kiriri, Brasileiro (1996, p.16) mencionara que “alguns pequenos núcleos kiriri” estariam situados fora da Terra Indígena em Banzaê/BA: grupos familiares instalados no município de Cícero Dantas/BA, e “cerca de 30 pessoas, localizadas no município de Muquém do São Francisco, em um exíguo espaço de terra adquirido pela Funai”.

As trinta pessoas em Muquém do São Francisco/BA referidas por Brasileiro (1996) compõem a família de Sr. Domingos, pai do atual cacique kiriri no Sul de Minas Gerais e antigo *conselheiro*¹¹ do cacique Lázaro, que em meados dos anos de 1980 deixou a Lagoa Grande, um dos antigos núcleos da *aldeia-mãe*¹², após um conflito entre um de seus filhos e uma outra pessoa residente da aldeia. Como relatado no livro *Nosso Povo: Leituras Kiriri*,

¹¹ Para ler mais sobre a categoria *conselheiro* entre os Kiriri, cf. Brasileiro (1996), Macedo (2009), Moraes (2020).

¹² Macedo (2009:09) afirma que o povo Kiriri “está distribuído em cerca de onze núcleos dispostos em torno do núcleo central de Mirandela, sendo estes outros: Baixa da Cangalha, Baixa do Juá, Araçá, Canta Galo, Lagoa Grande, Cajazeira, Segredo, Pau Ferro, Marcação, Baixa Nova, Mirandela e Gado Velhaco”. Moraes (2020) afirma que, atualmente, os Kiriri vivem em treze núcleos - Pau Ferro, Gado Velhaco, Mirandela, Canta Galo, Alto da Boa Vista, Marcação, Segredo, Araçás, Pitomba, Cajazeiras, Baixa do Juá, Baixa da Cangalha e Marrocos, diferente do que foi registrado por Macedo (2009). Podemos notar, portanto, a possibilidade de transformação desses lugares.



escrito por professores indígenas, este foi o primeiro movimento de cisão no núcleo Lagoa Grande. Antes de se estabelecerem nesse “exíguo espaço de terra” no Oeste baiano, as famílias kiriri *andaram*¹³ em direção à Serra do Ramalho, convidadas pelo cacique pankaru, Sr. Apolônio José, de quem muitas pessoas que hoje habitam a aldeia Kiriri do Sul de Minas Gerais descendem. Com os Pankaru, a família de Sr. Domingos coabitou durante algum tempo, ainda que a intenção do pai do atual cacique do Sul mineiro fosse *continuar caçando uma terra* para seu povo (HENRIQUE B., 2019).

A estadia de alguns anos na Serra do Ramalho/BA rendeu casamentos e a consolidação de redes de parentesco e aliança entre os povos Pankaru e Kiriri. Após um período de coabitação, Sr. Domingos encontrara uma oportunidade de viajar até Brasília para reivindicar terras ao seu povo. Em uma das reuniões com agentes do estado brasileiro, a liderança kiriri se encontrou com um velho cacique do povo indígena Xucuru-Kariri, Sr. José Sátiro que, em um ato de apoio, ofereceu-lhe a área adquirida pela Fundação Nacional do Índio, a Funai, para seu povo, em Muquém do São Francisco/BA, conformando uma relação de aliança política entre esses dois povos. Assim, os Kiriri se deslocaram para o município de Muquém do São Francisco, fundando naquela terra, a aldeia Kiriri, na Reserva Indígena de Barra, em uma das margens do Rio São Francisco, em meados dos anos de 1990, onde vivem famílias Kiriri¹⁴. Na ocasião, Sr. Domingos se tornaria pajé e Sr^a. Maria Kiriri se tornaria cacique, liderando as famílias que lá

¹³ *Andar* é uma categoria bastante mobilizada pelos Kiriri do Sul de Minas Gerais: *um cacique não pode ter medo de andar*, dizem com frequência. A categoria diz das experiências apreendidas no movimento e da falta de medo necessária para se fazer cacique (Henrique B., 2019).

¹⁴ <https://terrasindigenas.org.br/en/terras-indigenas/4070>



vivem até os dias de hoje. Já os Xucuru-Kariri, rejeitando a terra oferecida pela Funai, continuou sua busca por terras para as famílias lideradas pelo velho cacique Sr. José Sátiro¹⁵.

DO OESTE BAIANO PARA O SUL DE MINAS GERAIS

A relação de apoio político firmada entre os caciques xucuru-kariri e kiriri em Brasília/DF deslocou-se até o Sudeste brasileiro. Como mostram Bort Jr. e Henrique B. (2020), a ida dos Kiriri para o Sul de Minas Gerais se deu a partir desta relação com os Xucuru-Kariri que, após oferecerem a terra em Muquém do São Francisco aos Kiriri, se deslocaram entre Ibotirama/BA e Nova Glória/BA, onde viveram por dezoito anos, sendo realocados, em razão de secas e conflitos locais, para o distrito de Guarda dos Ferreiros, em São Gotardo/MG, estabelecendo-se, em 2001, no atual assentamento de famílias xucuru-kariri conhecido como Fazenda Boa Vista, em Caldas/MG (BORT JR. e HENRIQUE B., 2020).

Quando os Xucuru-Kariri se estabeleceram no município de Caldas/MG, no início dos anos 2000, algumas pessoas da aldeia Kiriri de Muquém do São Francisco *passaram um tempo* junto de seus então aliados no Sul de Minas Gerais para *ajudar a levantar a aldeia*. Dentre essas pessoas, o atual cacique do povo Kiriri do Acré. Conta o cacique kiriri que logo nesta primeira estadia na região gostou das chuvas e do *verde*, também foi quando soube de uma terra que naquele momento pensavam ser da União no bairro Rio Verde. Passados dois anos de sua coabitação com os Xucuru-Kariri, o atual cacique kiriri no Sul de Minas, após o falecimento de seu pai, Sr.

¹⁵ Para mais detalhes sobre a relação de apoio político firmada entre os caciques xucuru-kariri e kiriri, conferir Bort Jr. e Henrique, B., (2020).



Domingos, retornou ao Oeste da Bahia, vice-liderando a aldeia Kiriri ao lado de sua irmã, a cacique Sr^a. Maria Kiriri. Após um conflito entre os irmãos e lideranças kiriri acerca de como *colocar as coisas no lugar certo*, o vice-cacique decidiu que, repetindo o feito de seu pai, deveria *sair por aí, caçando uma terra*, como fizera seu pai, Sr. Domingos. Apesar de sua saída ter sido motivada por um conflito, o cacique Adenilson faz questão de lembrar que desde que visitou a região, sonhava em ter uma casa no Sul de Minas Gerais. Ainda, lembra-nos que chefe kiriri que, apesar do conflito, fez questão de não deixar inimigos para trás, assim como fez seu pai ao deixar a Lagoa Grande. Como demonstra Henrique B., (2019), apesar do conflito ter sido um impulsionador da saída das dezesseis famílias kiriri de Muquém do São Francisco, não foi o único: o objetivo do deslocamento, sobretudo, seria fugir da *sequidão* da região, encontrando uma terra fértil onde pudessem plantar, trabalhar e melhorar suas vidas.

Quando chegaram ao Sul de Minas Gerais o cacique Adenilson e sua esposa buscaram apoio entre seus então aliados Xucuru-Kariri. Novamente, o cacique xucuru-kariri convidou-os para coabitarem na aldeia. Após a recusa de coabitação, a então aliança se transformou em inimizade e acusações de toda ordem (BORT JR. e HENRIQUE B., 2020), já que, como contam os Kiriri, o líder xucuru-kariri acreditava que o modo *correto* de adquirir uma terra seria *conversando* com a Funai e não ocupando uma área e *lutando pelos direitos indígenas*, como desejavam. Sem o apoio dos antigos aliados, os Kiriri decidiram que ocupariam a terra do Rio Verde que, até então, pensavam estar em posse do Estado brasileiro.

Logo depois de *entrar para a terra*, lideradas pelo Sr. Adenilson que, por ser mais acostumado nas andanças e, por isso, ter mais conhecimento foi

escolhido cacique, os Kiriri se apressaram em construir as casas de barro e a *cabana*, onde realizaram a primeira *ciência*. Naquela ocasião, os *mestres* disseram que deveriam colocar lanças sagradas, abençoadas por eles, nos quatro cantos da área que ocupariam no Rio Verde, de forma a proteger o local escolhido e, desse modo, estabelecer os domínios kiriri. Nos primeiros dias de sua ocupação, os Kiriri também receberam uma notificação de um suposto “fiel depositário” da terra, momento em que descobriram que a terra fora doada em 2004 pelo estado de Minas Gerais à Universidade Estadual de Minas Gerais que se tornaria, em nome de sua reitoria, uma parceira dos Kiriri na *luta pela terra*¹⁶.

Foi também através da *ciência* que entraram em contato com o *verdadeiro dono da terra*, um velho *ancestral tapuia*¹⁷ que vivia naquele lugar. Na negociação para permanecerem na área, o velho índio permitiu que as famílias indígenas estabelecessem morada em suas terras, desde

¹⁶ A parceria firmada entre os Kiriri e a UEMG se daria em termos de projetos de extensão, e um forte apelo da Universidade para que o estado mineiro doasse as terras que não estavam sendo utilizadas ao povo Kiriri do Acré. Para saber mais sobre a relação firmada, ler Henrique B., 2019.

¹⁷ Contam os Kiriri que “tapuias” são os índios que não aceitaram ser escravizados, que lutavam por sua liberdade no período colonial. Pompa (2003) demonstra que a categoria “tapuia” aparece, desde os primeiros relatos coloniais, colada à noção de sertão, espaço do imaginário em que a alteridade bárbara vai sendo incorporada à colonização aos poucos, em posição subalterna ao mundo colonial. Feroz habitante do espaço desconhecido do sertão, o “tapuia” é a alteridade humana radical que, ao passo que as aldeias de índios conquistados “descem” para mais perto dos currais, dos engenhos e da palavra missionária, vai se afastando nas mais inacessíveis serras do sertão brasileiro (POMPA, 2003).



que cuidassem das matas, dos animais e águas do lugar¹⁸. Assim, além do estado de Minas Gerais, com quem admitem que devem negociar sua estadia na terra ocupada, os Kiriri deveriam estabelecer relações de reciprocidade com o *verdadeiro dono* do lugar, um *ancestral* que ali viveu *há muitos anos*. Dessa forma, ao mesmo tempo em que recebiam liminares de reintegração de posse que nunca foram efetivadas, os Kiriri foram também construindo relações de troca e apoio com os *antepassados* que um dia habitaram a área ocupada, tal como o velho Tapuia ou Caniquim, um *caboclo do lugar* que também *veio na ciência*.

Apesar do acordo estabelecido com o *verdadeiro dono da terra*, os Kiriri continuaram sua empreitada de negociação com o estado mineiro que, através da Advocacia Geral do Estado, solicitou três pedidos de reintegração de posse nos anos de 2017 e 2018. No terceiro pedido de reintegração da área, em abril de 2018, com medo da truculência policial, os Kiriri decidiram ir contra o aconselhamento dos *encantados* que os garantiram que estariam seguros no Rio Verde, e seguir o conselho de agentes estatais e deixar o Sul de Minas Gerais para uma terra mais de 500 km distante, localizada na região do Triângulo mineiro. A localidade para onde se deslocaram, uma propriedade privada, pertencente a um fazendeiro local, 70 km distante do município de Patos de Minas, estava ocupada por famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, também por uma

¹⁸ Henrique B. (2019) demonstra que quando acionam a categoria *dono da terra*, diferentemente de outros contextos etnográficos que dizem respeito aos “donos” (Costa 2017; Fausto 2008; Guerreiro Jr. 2012; entre outros), os Kiriri dizem de um parceiro de trocas que, para permitir a permanência em suas terras, exige das famílias indígenas do Rio Verde determinadas ações. Para saber mais sobre a negociação estabelecida com o velho Tapuia, cf. Henrique B. (2019; 2020).



família Xucuru-Kariri que, por conflitos com a liderança da aldeia Xucuru-Kariri de Caldas/MG, deixara o município (HENRIQUE B., 2019).

Como contam os Kiriri, o tempo vivido no Triângulo mineiro fez com que se dessem conta de que não gostariam de ficar em nenhuma outra terra que não fosse a antiga terra ocupada no Sul de Minas Gerais. O verde da terra, a possibilidade de trabalho, a água que corre em abundância na região foram fatores que alimentaram o desejo de retornar à terra em que, segundo seu *verdadeiro dono*, poderiam construir seu “lugar de vida” (HENRIQUE B., 2019). Além do mais, foi o tempo passado distante do Sul mineiro que os fizeram perceber as relações de *amizade* que deixaram no Rio Verde, já que antes de partirem receberam apoio dos locais que foram até a aldeia com cartazes e pedidos, que seriam transmitidos em rede de televisão local, para que não deixassem a terra. Como acrescenta Henrique B. (2019), quando souberam de seu desejo de retornar à região, prontamente os moradores do Rio Verde se mobilizaram e conseguiram um caminhão e um motorista que percorreria os mais de 500 km de distância entre o Sul do estado e a região do Triângulo para trazer de volta os Kiriri de onde não deveriam ter saído: “agora o Rio Verde tem um povo indígena”, comentavam os locais no primeiro encontro após o retorno, em julho de 2018. Em contrapartida, Carliusa e Adenilson reforçavam que “povo igual ao do Rio Verde a gente não encontra em lugar nenhum”.

Com a falta de apoio dos antigos aliados Xucuru-Kariri, mas com a certeza de que ficariam no Rio Verde, os Kiriri sabiam que deveriam travar uma *luta pela terra*. Assim trataram de expandir a aliança que estabeleceram com os moradores do Rio Verde. Com isso, se organizaram junto da Aliança em Prol da APA da Pedra Branca, organização não-governamental com



sede em Caldas/MG, buscaram ajuda na promotoria de justiça da região, localizada de Pouso Alegre/MG, também entre representantes regionais da Igreja Católica. Nas reuniões em que estiveram presentes na sede do governo de Minas Gerais, na capital do estado mineiro, para tratar da ocupação da terra, consolidaram aliados em outras instâncias, tais como a Comissão Pastoral da Terra, a CPT, e o Conselho Indigenista Missionário, o CIMI (HENRIQUE B., 2019; BORT JR. e HENRIQUE B., 2020). Além disso, foram nas reuniões de negociação com o estado de Minas Gerais que os Kiriri conheceram outros povos indígenas que também reivindicavam terras ao estado. Perceberam, portanto, diante dessas redes firmadas no *caminho*, quando *não tiveram medo de andar*, que não estavam *sozinhos na luta*. Dessa forma, quando consolidaram o desejo de construir seu lugar de vida no Rio Verde, acordando a permanência com o velho tapuia, construindo relações de apoio com os locais, expandindo sua rede de *luta pela terra*, decidiram que outros dois objetivos iniciais da ocupação seriam realizados: uma *casa da ciência*, ou *poró*, seria construída em meio à mata localizada na aldeia para que pudessem realizar a *ciência* e, assim, manter o contato com os *mestres encantados*. Também decidiram que, na área externa ao *poró*, fariam o *terreiro*, onde poderiam dançar o *toré*.

CIÊNCIA, COMEÇO DE TUDO

Como já dissemos, antes de *correr atrás de uma escola* as lideranças Kiriri decidiram que fariam uma casa de barro em meio à mata, construída com madeiras encontradas na região e barro da própria terra ocupada. As paredes ou mesmo o chão do *poró* não devem ser revestidos de cimento, é preciso que as pessoas tenham contato com a terra, já que dela vem sua

fortaleza. No interior da *casa* há uma mesa centralizada na parede em frente à única porta de madeira, sobre a mesa estão as imagens de São Cosme e Damião, de Nossa Senhora Aparecida e do *encantado* cobra coral, com quem os Kiriri possuem um *pacto* para que ele, enquanto *dono* das cobras, protejam as pessoas daquele lugar em relação aos possíveis encontros com os répteis.

Durante a *ciência*, realizada mensalmente sempre às quartas-feiras, os homens se posicionam de um lado da mesa e as mulheres sentam-se no lado oposto. Uma esteira é estendida e ali as crianças, que em qualquer idade devem ir à *ciência*, sentam-se no colo das mulheres, que quase nunca correspondem às mães. Sentam-se, no entanto, no colo de suas tias, o que parece indicar o profundo momento de troca e compartilhamento daquele grupo de pessoas. Certa vez, Carliusa afirmou-me que é na *ciência* que a criança vai aprendendo a cultura de pequenininho. Não precisa de estar na escola... que o índio tem que vestir uma tanga, que o índio tem que fazer isso, não. NÃO. O menino já na Ciência ele já vê o que é que tá fazendo. O que é que faz, como que faz... se reza, qual é a reza que reza.

Nascimento (1994) demonstra no que concerne aos Kiriri de Mirandela, fazendo uso de fumo e jurema os *encantados* se manifestam também durante a realização do toré. Na aldeia Ibiramã Kiriri do Acre não é desejável que algum *mestre* chegue durante o *toré*, uma vez que há um perigo de se encontrarem com seres bons e maus, já que *brincam* do lado externo do *poró*. O controle de quem chega na *brincadeira* é realizado, sobretudo, pelo pajé da aldeia que *puxa* toantes *mais leves* para que os seres não venham. Quando acontece de algum *mestre* chegar, é comum que peça desculpas por incomodar a *brincadeira* e, normalmente, a intenção é dar algum recado como, por exemplo, para se manterem menos dispersos e mais centrados



no *toré*. A *ciência*, no entanto, é realizada com o objetivo central de chamar os *encantados* e, por isso, os cantos entoados pelo pajé, aquele que *puxa a turma*, são mais *fortes*¹⁹.

Quando chegam durante a *ciência*, o *mestre* é recebido e auxiliado pelo pajé. Indo de encontro ao que afirma Nascimento (1994) para os Kiriri de Mirandela, na aldeia Ibiramã Kiriri do Acré é dito que qualquer pessoa pode *receber* um *encantando*, no entanto são as mulheres que de fato os recebem. Além disso, é para o pajé que o *encantado* pede que auxilie algum banho de ervas para alguém, ou mesmo que distribua a jurema entre os presentes que, desde criança, já podem beber pequenos goles do vinho obtido através da entrecasca da árvore, que circula junto das pessoas que vão e vem de Muquém do São Francisco/BA, trazendo de lá a bebida.

Como demonstrado por Henrique B. (2020), os *encantados* possuem uma multiplicidade agentiva. Além de estarem presentes na mata da terra ocupada no Sul de Minas Gerais e ali aconselharem politicamente, é também durante a *ciência* que eles garantem que acompanharão os Kiriri nas reuniões junto ao estado mineiro, de modo a traduzir aos agentes estatais, soprando em seus ouvidos, o que dizem as famílias indígenas. A *ciência*, portanto, revela dimensões importantes acerca das disputas de mundos, da fabricação de pessoas, de como os toantes devem ser entoados corretamente, dos perigos que é estar em relação com outros mundos. Assim, podemos compreender a *ciência* nos termos colocados por Durazzo (2019:16), em que, para os Tuxá de Rodelas/BA, pode ser entendida como “um complexo de práticas rituais,

¹⁹ Para ler mais detalhadamente sobre como a *ciência* é realizada e a relação de complementariedade e oposição entre *ciência* e *toré*, cf. Henrique, B. (2020).



sociais, epistêmicas e cosmopolíticas que conectam inúmeras esferas de ação indígenas, numa rede de relações a se reforçar recursivamente”.

Além de conselheiros, tradutores e mediadores de mundos, os *mestres* também ensinam aos Kiriri do Acré sua *língua antiga*. Na ciência, é comum que alguns *encantados cheguem* já entoando algum canto *na língua*. Quando os humanos presentes não entendem o que está sendo dito, calmamente os *mestres* traduzem para o português, de forma que possam aprender o *significado*. Os Kiriri também gostam de gravar pelo celular os cantos ensinados pelos *mestres* para que, em suas casas, possam ouvi-los novamente e praticar nas noites de *toré*. Os toantes aprendidos no Acré são vistos de forma muito positiva. É muito comum que enquanto entoam, alguém diga “*esse canto aprendemos aqui*”. Os *mestres* ainda auxiliam de forma bastante concreta no que diz respeito à aprendizagem da língua. Constantemente dizem que as pessoas daquela aldeia estão tendo a *oportunidade de resgatar a língua* e, por isso, deveriam se envolver mais com o aprendizado na *ciência: tragam um caderno, anotem as palavras, não deixem de aprender*, diz o *encantado* Chefe da Mata, *recebido* por Roseni Ramos, também liderança religiosa e cunhada do cacique Adenilson. O Chefe da Mata é o *responsável* pelos Kiriri *na mesa* e, por isso, é ele quem *despacha* os vinhos do milho, da mandioca e do maracujá que deve ser compartilhado por todos os presentes, inclusive pelos *mestres*, ao final da *ciência*. Assim, na *ciência* há uma profunda circulação de conhecimento que deve transbordar o *poró* e ser praticado no *toré* e no dia a dia da aldeia. Na *ciência* o conhecimento da *língua* circula livremente e igualmente entre os presentes.

Os Kiriri do Acré também aprendem as palavras e expressões na *língua* na escola, através de estudos e pesquisas empreendidos pela



professora Roseni Ramos. A professora Roseni Ramos também aprende com os *encantados* em momentos cotidianos, como quando está em profundo silêncio e, repentinamente, alguma palavra, expressão ou mesmo um toante é soprado em sua mente por um *mestre*. Ainda, crianças podem ouvir mais frequentemente os *encantados* e, por isso, as palavras ditas por elas são ouvidas atentamente pela professora, como quando, por exemplo, um de seus netos de dois anos de idade disse que gostaria de beber um “texana”, enquanto apontava para uma garrafa de refrigerante, o que rapidamente foi anotado por Roseni: “*texana*” = *refrigerante*.

A ESCOLA E. INDÍGENA IBIRAMÃ KIRIRI DO ACRÉ E O RESGATE DA LÍNGUA INDÍGENA

Foi nas *andanças* e com os *conhecimentos* que *adquiram* nos lugares que os Kiriri perceberam que poderiam realizar o objetivo posterior aos quatro planos iniciais: depois de entrarem para a terra, construírem as casas, erguerem uma *cabana* e um *poró* em meio à mata, desejavam construir uma escola na aldeia. Quando estavam no Triângulo mineiro e coabitavam junto da família Xucuru-Kariri que também vivia na região, o cacique Adenilson e sua esposa Carliusa acompanharam a liderança deste povo em uma visita à Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, com uma carta de assinaturas em mãos para pedir que uma escola indígena fosse instalada dentro da terra recém ocupada por aquelas famílias, já que as crianças que ali viviam estavam sem estudar devido à distância até a escola mais próxima.

A experiência junto da liderança xucuru-kariri fez com que Carliusa decidisse, assim que retornaram ao Rio Verde, que faria o mesmo.



No mês de agosto de 2018, o cacique Adenilson, sua esposa e também liderança Carliusa e a professora Roseni, que também é *conselheira da comunidade*, percorreram os mais de 400 quilômetros que separam o pequeno município de Caldas e a capital do estado de Minas Gerais para também entregar uma carta com a assinatura de todos as pessoas em idade escolar da aldeia à Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, uma vez que crianças e jovens que viviam na aldeia do Sul de Minas também enfrentavam problemas de locomoção até a escola estadual mais próxima, localizada na sede urbana do município.

Com a propósito de fazer com que a escola se instalasse na antiga *cabana*, os Kiriri conseguiram que a Secretaria de Educação do Estado pedisse que a Secretaria Regional de Educação, localizada no município vizinho de Poços de Caldas, fizesse uma vistoria no local para avaliar a possibilidade de liberar o funcionamento de uma escola dentro da aldeia. Em janeiro de 2019, quando os agentes estatais constataram a presença de pessoas em idade escolar e se deram conta de que a *cabana* estava sendo “reformada” com madeiras de eucalipto e telhas onduladas translúcidas, compradas a partir de doações de moradores da aldeia, fizeram uma proposta para as lideranças: a escola seria um segundo endereço da escola estadual mais próxima da aldeia, localizada na sede municipal, uma vez que não havia alunos suficientes para todos os anos escolares. A proposta foi votada e aceita pelos moradores em assembleia realizada sob a *cabana*, que em contrapartida exigiram que todos os professores da escola fossem indígenas da aldeia, para que *pudessem ensinar a cultura aos alunos, já que só o índio sabe o segredo da mata, da natureza e pode passar a cultura de pai para*



filho. Com o acordo firmado, a Secretaria de Educação do estado de Minas Gerais decidiu que poderia liberar o funcionamento da escola a partir de abril de 2019.

A conquista da escola pelo povo Kiriri do Acre vai de encontro às diversas pesquisas que demonstram os esforços de vários povos indígenas, sobretudo no Nordeste brasileiro, acerca da revitalização de suas línguas (BOMFIM e COSTA, 2014; BOMFIM, 2012, 2017; DURAZZO e VIEIRA, 2018; DURAZZO, 2019; MORAES, 2020; entre tantas outras). América César (2006) argumenta que, quando se trata do Nordeste indígena, o envolvimento de professores formados através do curso de Magistério Indígena nos processos de revitalização linguística é sumamente importante. É a partir da escola, que pode institucionalizar ou potencializar o desejo de revitalização através de atividades extracurriculares, que os projetos de recuperação linguística se dão. Dessa forma, a escola torna-se mediadora e *lugar* onde o conhecimento também circula. A respeito da importância da escola, aprendemos com Anari Bomfim (2012:15) a experiência do povo Pataxó, que tem um papel de fortalecer o ensino de patxohã nas aldeias, bem como a importância dos professores indígenas no incentivo e valorização da língua e da cultura Pataxó, e como esse processo de revitalização tem sido feito por pessoas que levam adiante o que a autora chama de “trabalho de política linguística”.

Quem chega à aldeia Kiriri no Sul de Minas Gerais logo avista as *casas de barro* distribuídas pelo território de forma linear, pouco distantes umas das outras. Andando mais um pouco na estrada principal, que conecta as primeiras casas às casas da estrada mais adentro do território, também construídas de forma linear, avistamos duas construções em formatos

octogonais: a *cabana* e a *casa da cultura*²⁰. Apesar do desejo inicial de fazer a escola funcionar na *cabana*, perceberam que não aguentariam o frio, já que a *cabana* possui as laterais abertas, os Kiriri decidiram que edificariam duas salas de aula, deixando o espaço da *cabana* para atividades coletivas relacionadas à escola ou à aldeia de forma geral. Com madeiras retiradas das matas encontradas na aldeia, e telhas doadas pela Funai e materiais comprados pelo cacique Adenilson e Carliusa, em mutirão construíram as salas e uma cozinha. Como dito anteriormente, a escola da aldeia Ibiramã Kiriri do Acré começou com alunos do ensino fundamental e do EJA. Com a chegada de mais pessoas vindas de Muquém do São Francisco/BA, Carliusa, o cacique Adenilson e a professora Roseni decidiram que viajariam até Belo Horizonte, e pediriam ajuda à reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais, que *abriu as portas* do estado para eles²¹, para que pudessem entregar um documento em mãos do *comandante das escolas indígenas*, na Secretaria de Educação do estado. Ao tomar conhecimento do que foram fazer em Belo Horizonte, a reitora da Universidade do Estado de Minas

²⁰ As construções possuem esse formato pois em uma de suas viagens para Brasília nos anos de 1990 o cacique Adenilson observou o mapa da T.I. Kiriri nas mãos de Manoel, uma importante liderança dos Kiriri de Banzaê/BA, e se surpreendeu com o formato do “chapéu de sol”, como é conhecida o mapa de demarcação da *aldeia-mãe*. O cacique do Sul de Minas conta que já na aldeia Kiriri em Muquém do São Francisco seu pai, o velho pajé Sr. Domingos, edificava construções que seriam usadas de forma coletiva em formato octagonal, contudo deixava uma madeira ao centro do octógono, de forma a segurar a construção. Em uma outra viagem à Brasília, quando observou outra construção em formato octagonal, o cacique dos Kiriri do Acré percebeu que não precisaria deixar uma madeira ao centro da edificação, já que o peso das telhas seria distribuído nas oito toras de madeira laterais. Interessante notar como o conhecimento é adquirido *nas andanças e nos lugares* e que, como é o caso, levou para o Sul de Minas Gerais, colocando-o em prática na aldeia Ibiramã Kiriri do Acré.

²¹ Constantemente o cacique diz com orgulho que sua *amizade* com a reitoria da Universidade do Estado de Minas Gerais abriu as portas do Estado para seu povo, já que através dela tinham acesso à Cidade Administrativa, sede do governo estadual e aos *comandantes* do estado.



Gerais, a professora Lavínia Rosa, contou-lhes onde e para quem deveriam entregar o pedido de abertura de novas turmas na escola.

Dessa forma, em 2020 novas salas foram construídas e novas turmas abertas, implantando o Ensino Básico e o Ensino Médio na escola. Já no ano de 2021, antes de pedirem a separação de turmas que faziam aulas juntas em um único espaço, construíram mais duas salas e um almoxarifado para guardarem os materiais enviados pelo estado de Minas Gerais. Com isso, atualmente a escola é constituída por três construções de barro em paralelo, separadas por um pequeno corredor entre cada uma delas, sendo uma delas edificada com madeiras encontradas na aldeia, somando seis salas de aula, uma cozinha e um almoxarifado.

Com a proposta de privilegiar o ensino diferenciado e, assim, possibilitando a manutenção da cultura, além das disciplinas tradicionais, tais como biologia, matemática e português, crianças, jovens e adultos aprendem sobre seu território, na disciplina “Território”, em que pesquisam acerca das plantas encontradas na aldeia do Rio Verde e conhecem o *jeito certo* de plantar diferentes espécies de alimentos. Também faz parte das disciplinas da educação diferenciada o tema da religiosidade, em que os alunos aprendem tópicos relacionados à *ciência* e ao *toré* kiriri. Ainda sob a proposta do ensino diferenciado, há a disciplina “Língua Materna”, ministrada pela professora Roseni Ramos, professora formada pelo Magistério Indígena da Universidade do Estado da Bahia que tem concentrado esforços no que chama de *resgate da língua*.

A disciplina “Língua Materna”, assim como as outras disciplinas da educação diferenciada, é ministrada em sala de aula para crianças e jovens do Ensino Básico, Fundamental e Médio. Além das duas aulas semanais

para cada uma das turmas, às sextas-feiras pela manhã a *língua materna* é ensinada para todos os alunos, professores e funcionários da escola, compondo as atividades do “Projeto Vida”²². Na escola da aldeia Ibiramã Kiriri do Acré, o “Projeto Vida” é tido como uma *oportunidade* para que os alunos indígenas possam aprender a *conversar* e a contar sobre sua *cultura e história da aldeia*. O ensino da língua às sextas-feiras tem como objetivo disseminar o conhecimento da professora Roseni, já que desde quando vivia em Muquém de São Francisco/BA é a professora que tem se dedicado ao estudo do Tupi-Guarani, uma das fontes do *resgate da língua* no Rio Verde.

No Sul de Minas Gerais, logo quando da criação da escola, Roseni decidiu que retomaria suas pesquisas da *língua indígena*. A partir de seu conhecimento prévio de Tupi-Guarani e de ferramentas de busca disponíveis na internet, a professora iniciou um processo de *resgate da língua*. Além de pesquisas via internet, através de sua *amizade*²³ com a professora Alik Wunder²⁴, matriculou-se em um curso online de Tupi-Guarani Nhandewa, ministrado pelo professor indígena Luã Apyká, com quem retira suas dúvidas e de quem recebe orientações acerca do Tupi-Guarani. Quando surge alguma dúvida relacionada à *língua*, além do professor Luã Apyká, Roseni também busca nos livros antigos, disponíveis na internet, ou nos livros

²² Disponível em <https://www2.educacao.mg.gov.br/component/gmg/story/10511-professores-de-projeto-de-vida-participam-de-formacao>

²³ Para saber mais sobre a categoria *amizade* mobilizada pelos Kiriri do Acré, cf. Henrique B., (2019).

²⁴ A professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas também está relacionada ao “pessoal da Pedra Branca”, referência feita pelos Kiriri para dizer de ambientalistas ligados à Aliança em Prol da APA da Pedra Branca. Juntamente com um grupo de pesquisadores, a professora Alik Wunder tem organizado o “Livro dos Saberes Tradicionais do Povo Kiriri do Acré”, que deve ser disponibilizado para os professores da Escola Estadual Indígena Ibiramã Kiriri do Acré.



“Arte de Gramática da Língua Brasília da Nação Kiriri” e “Catecismo da Doutrina Cristã na Língua Brasília da Nação Kiriri” ambas do padre Luiz Vicencio Mamiami. A professora afirma que prefere encontrar resposta às suas perguntas em materiais mais antigos, já que as fontes mais recentes disponíveis na internet não são confiáveis. Para as dúvidas mais recentes, prefere ouvir os *mestres*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, os Kiriri dizem se sentir mais tranquilos em relação à terra ocupada já que, através de alianças locais com advogados populares e de alianças constituídas no âmbito estadual, tais como deputados e deputadas e organizações não-governamentais, e com a ajuda dos *mestres*, conseguiram a aprovação do Projeto de Lei nº 2.180/2020, o PL Ibiramã Kiriri, que autoriza o estado de Minas Gerais a doar à União os sessenta hectares no Rio Verde, em que os Kiriri ocupam trinta e nove²⁵.

Como demonstramos neste artigo, as famílias kiriri que deixaram o Oeste da Bahia para o Sul de Minas Gerais com o claro objetivo de ocupar uma terra de trinta e nove hectares, pertencente legalmente ao estado mineiro, tinham como vislumbre uma terra em que não faltasse comida, água e trabalho. Mas, sobretudo, *sonhavam* com uma terra que pudessem *aprender com a ciência da mata*, em que um mundo de possíveis pudesse ser reconstruído ou, como afirmam, *feito certo*. Após *entrar na terra*, seriam edificadas casas de barro, uma *cabana* e um *poró*, em meio a mata. Assim, como disse o cacique, o objetivo é *construir aos poucos*. Portanto, a terra do Rio Verde, como vimos,

²⁵ Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1104094177/al-mg-03-12-2020-pg-66>. Apesar do Projeto de Lei ter sido aprovado, a doação ainda não ocorreu oficialmente.

é um lugar de possíveis, em que *começar tudo de novo, fazendo o certo*. A *manutenção da cultura* e o *resgate da língua* são expressões, portanto, de mundos possíveis, desencadeados pela terra ocupada no Rio Verde.

Apesar de ter começado os estudos da língua no início dos anos 2000, é na *terra verde* que a professora Roseni Ramos se dedica ao *resgate*, destinando horas de estudo e pesquisa da língua Tupi-Guarani, juntando fragmentos a partir das relações que construiu já no Sul de Minas Gerais, com os humanos e com os *encantados* que encontraram naquele lugar. Ao olhar para o *resgate da língua*, os Kiriri do Sul de Minas Gerais também nos fazem observar a *luta pela terra*, a rede de apoio que consolidaram na região e a relação próxima e fértil entre lugar e circulação de conhecimento. Ainda, observamos a existência de uma relação profunda entre conhecimento, *ciência* e escola e, para acrescentar, gostaríamos de chamar atenção para a dimensão dos lugares, já que, como demonstramos neste artigo circular pelos lugares é uma forma de conhecer e de levar consigo aquele conhecimento adquirido e praticá-lo no *toré* e no cotidiano da aldeia.

REFERÊNCIAS

BRASILEIRO, S. A organização política e o processo faccional no povo indígena Kiriri. 1996. 250 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) -- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

BOMFIM, A. B. e COSTA, F. V. F. (org). **Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/Egba, 2014.



BOMFIM, A. B. **Patxohã, língua de guerreiro: um estudo sobre o processo de retomada da língua pataxó**. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) -- Centro de Estudos Afro-orientais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

BOMFIM, A. B. “Patxohã: a retomada da língua do povo Pataxó”. **Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 13, n.1, p. 303-327, 2017. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl>. Acesso em: 31 mai. 2021.

BORT JR, J.R., e HENRIQUE B, F. (2020). “Cada um em seu lugar”: domínios territoriais

Xucuru-Kariri e Kiriri”. **Revista De Antropologia**, São Paulo, v. 63, n. 3, p. 1-26, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.178845> Acesso em: 31 mai. 2021.

CÉSAR, A. L. S. Algumas questões a propósito de línguas e construção de identidades étnicas. In: **Estudos Linguísticos**, n. XXXV, p. 52-59, 2006.

DANTAS, B. G.; SAMPAIO, J. A.; CARVALHO, M. do R. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, M. C. da. (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p.431-456.

DE LA CADENA, M. **Earth Beings: Ecologies of Practice across Andean Worlds**. Durham & London: Duke University Press, 2015.

DURAZZO, L. e VIEIRA, G. “Relações interétnicas de entendimento ritual do Nordeste indígena popular”. In: **Anais dos encontros 41º encontro anual da ANPOCS**. Caxambu, p. 1-22, ,2017. Disponível em <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt26-11/10843-relacoes-interetnicas-de-entendimento-ritual-no-nordeste-indigena> . Acesso em: 31 mai. 2021.



DURAZZO, L. **Cosmopolíticas Tuxá: conhecimento, ritual e educação a partir da autodemarcação de dzorobabé.** 2019. 392 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) -- Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

HENRIQUE B., F. **Por um lugar de vida: os Kiriri do Rio Verde, Caldas-MG.** 2019. 169. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) -- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

_____, F. 2020. “As múltiplas agências dos encantados: esboço de uma teoria política kiriri”. In: **Antípoda. Revista de Antropología y Arqueología**, Colômbia, v. 41, p. 57-77. <<https://doi.org/10.7440/antipoda41.2020.03>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

MACÊDO, S. **Educação por outros olhares: aprendizagem e experiência cultural entre índios Kiriri do sertão baiano.** 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -- Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MORAES, V. C. **O que devemos aprender com a ciência do índio? Análise da articulação entre cosmopolítica, educação, epistemologia, paisagem e língua kiriri.** 2020. 444 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) -- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

_____, V. C. “Reflexões acerca das línguas indígenas do Nordeste e sua invisibilização”. In: **Anais da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia.** Encontro remoto, 2020. Disponível em https://www.32rba.abant.org.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=44 . Acesso em: 31 mai. 2021.

NASCIMENTO, M. **O tronco da jurema: ritual e etnicidade entre os povos indígenas do nordeste – o caso Kiriri.** 1994. 314 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) -- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1994.



QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil.** São Paulo: Petrópolis Vozes, 1973.

POMPA, C. Religião como tradução: missionários, tupi e “tapuia” no Brasil Colonial. 2001. 461 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) -- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

